

O acôrdo comercial entre Portugal e a Alemanha

Por notas diplomáticas trocadas entre o Governo Português e o ministro da Alemanha, a partir

do dia 6 do corrente vigora entre os dois estados contratantes por períodos renováveis de um ano, um acôrdo comercial, em virtude do qual a Alemanha, a troco do tratamento de nação mais favorecida, autoriza a colocação nos seus mercados de 50 mil hectolitros dos nossos vinhos generosos, sendo 40 mil de vinhos do Pôrto e 10 mil de vinhos da Madeira, isto durante o primeiro ano da vigência do acôrdo, porquanto nos anos seguintes, se o mesmo fôr renovado, a quantidade a exportar baixará de 50 a 30 mil hectolitros.

A viticultura do Douro e da Madeira foram portanto altamente beneficiadas com este acôrdo que lhes abre, dentro de limites muito apreciáveis, um novo mercado para os seus produtos, hoje deprecia-

dos por falta de consumo.

As aventuras revolucionárias ao mesmo tempo o verdadeiro — tal é uma das EARA NOVA.

Com a saída dos vinhos do norte, lucra também a viticultura do sul, já que o tratamento daqueles importa um largo consumo dos vinhos de pasto

que, principalmente na região das Beiras, tem sofrido uma grande quebra de preço. Por isso, a obra do anterior Ministro dos Estrangeiros impõe-se, quer pelos seus resultados imediatos, quer pelo futuro que abre às relações comerciais entre a Alemanha e Portugal, relações que muito nos convem cultivar, dada a nossa divisa cambial em relação a quási todos os outros países da Europa.

Se fosse possível scindir, no movimento comercial, as importações das exportações, o que nos conviria seria importar da Alemanha e exportar para a Inglaterra, América ou Hespanha.

Mas porque tal política é impossível, ainda que transitoriamente, julgo mais vantajoso commerciar com os países que, como o nosso, atravessam uma grave crise económica e financeira, do que com aquêles que teem a sua moeda, relativamente à nossa, muito valorizada.

Isto não quer dizer que o futuro da nossa expansão comercial não esteja na Hespanha e no Brasil, motivo por que a reserva feita, a êste respeito, nas notas diplomáticas a que nos vimos referindo, marca uma sábia orientação, que carece de ser observada em todos os acôrdos ou tratados comerciais que Portugal celebre com outros países.